



Vigilantes da Bahia debatem Lei anticalote em Audiência Pública



Vigilantes e diretores do Sindvigilantes/BA participaram da Audiência Pública

Vigilantes da Bahia participaram na quarta-feira (23) de uma audiência pública proposta pela deputada estadual Maria Del Carmem para avaliar a aplicação da Lei Anticalote - grande conquista da categoria no ano de 2014. O objetivo, segundo Del Carmem, foi fazer um balanço do funcionamento da Lei Anticalote, que se tornou mais efetiva a partir de 1º de julho deste ano, inclusive com a revisão de diversos contratos de terceirização na administração estadual por determinação do governador Rui Costa.

Diretores do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes/BA) participaram da atividade, realizada no Auditório da Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador.

Segundo o secretário Geral da entidade, Antonio Cláudio dos Santos Silva, o segmento da segurança privada sempre agiu de forma organizada no que se refere a calotear os vigilantes. “E diante disso, não podíamos ficar omissos e não criar

um dispositivo, uma Lei para barrar as ações dos patrões caloteiros”, afirmou.

A deputada Maria Del Carmem afirmou que ainda há inúmeros casos de falta de pagamento de salário, rescisão contratual e outros direitos trabalhistas por parte de empresas terceirizadas. “Assim, a audiência ainda teve o papel importante para recomendação de ajustes e ações corretivas”.

Lei Anticalote

A Lei Anticalote determina que os Poderes Públicos do Estado da Bahia retenham, por meio de depósito em banco público oficial, as parcelas pagas pelo Estado às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, para pagamento de encargos trabalhistas relativos a férias, abono de férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário.

O Sindicato dos Vigilantes no Estado da Bahia e a CNTV apresentaram à deputada a luta que vinha sendo realizada em outros Estados e DF e uniram forças para garantir o mesmo aos terceirizados da Bahia. Ao todo, foram três anos de trabalho para garantir mais respeito aos trabalhadores.

Fonte: CNTV

Vigilantes do Maranhão iniciam Campanha Salarial



No sábado (3), os vigilantes ligados ao Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA) que prestam serviços em instituições bancárias realizarão assembleia para discutir a campanha salarial 2017 da categoria. A concentração acontece às 8h da manhã na Sede Administrativa da entidade. De acordo com o vice-presidente do Sindicato e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Daniel Pavão, é fundamental a participação de toda categoria. “Quanto mais trabalhadores participarem das assembleias, mais força teremos para alcançar bons resultados nesta campanha”, explica.

Já no dia seis de dezembro o Sindvig-MA realizará Assembleia Geral para discutir a Campanha Salarial de toda a categoria. A primeira chamada acontece às 8h na Sede Administrativa do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão.

Conquista da categoria

O Sindicato convoca os ex-vigilantes da antiga empresa Servi Norte, que prestaram serviços ao Banco do Brasil, para receberem verbas rescisórias. De acordo com o vice-presidente da entidade Sindvig-MA, Daniel Pavão, anos atrás, os trabalhadores ganharam uma causa na justiça referente ao não pagamento de salários e benefícios. Entretanto, alguns ainda não foram receber.

O Sindicato orienta para que os contemplados procurem o Sindvig para receber as verbas. Em caso de falecimento do trabalhador, o representante poderá comparecer ao sindicato.

Para ter acesso à lista de trabalhadores que devem receber verbas rescisórias os vigilantes da antiga Servi Norte, que prestaram serviços ao Banco do Brasil, podem contatar o sindicato pelo telefone (98) 3221-0758 ou acessar a página do Sindvig-MA no Facebook.

Fonte: CNTV

Sindivigilantes do Sul denuncia à PF cidades onde bancos não cumprem lei do vigilante 24h



Presidente Dias, ao centro, com Darlan e Jaqueson, protocolou ofício indicando 22 municípios onde prazo dos bancos venceu

Na manhã de quarta-feira (23) o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, acompanhado do diretor Jaqueson Fernandes e do apoio Darlan Alves, protocolou na Polícia Federal documento que aponta os municípios onde os bancos não estão cumprindo a lei do vigilante 24 horas na agências e pede providências quanto a isso. “Agora a nossa luta é para fazer com que os bancos respeitem essa legislação”, disse o presidente.

A lei já foi aprovada em 54 municípios e é lei em cerca de 30. Ela determina a vigilância armada 24 horas em todas as agências bancárias e cooperativas de crédito, inclusive nos feriados e finais de semana. Depois de aprovada e sancionada (assinada) pelo prefeito, as instituições financeiras têm um prazo para se adaptar e começar a contratar.

Em muitos municípios este prazo, que varia de cidade para cidade, já venceu mas os bancos ainda não implementaram o vigilante 24 horas e as medidas de segurança previstas na mesma lei, como o escudo para o vigilante, porta eletrônica, divisórias e câmeras de monitoramento, entre outros.

Os municípios nesta situação são os seguintes: Alvorada, Butiá, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Cruz Alta, Entre Ijuís, Mostardas, Nova Santa Rita, Osório, Porto Alegre, Rosário do Sul, Santa do Livramento, São Gabriel, São Jerônimo, São Miguel das Missões, Tapes, Triunfo, Tupanciretã, Viamão.

“Nesse panorama, solicita o Sindicato-Oficiante, sejam tomadas providências por parte da Polícia Federal junto às instituições financeiras destes municípios, pois não vêm cumprindo com a obrigatoriedade de manter vigilantes 24 horas na forma da Lei”, diz o ofício entregue na Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal.

Também serão acionadas as prefeituras para que exerçam o seu poder de fiscalização e tomem as medidas necessárias, inclusive com a aplicação das multas previstas. Em Pelotas, onde iniciou o movimento, pelo sindicato da cidade, a Prefeitura notificou os bancos e anunciou que, o próximo mês, vai verificar o efetivo cumprimento da lei e, caso não esteja sendo respeitada, adotará as penalidades cabíveis.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Grupo de 'hackers' ataca caixas eletrônicos para liberar dinheiro

Um grupo de cibercriminosos atacou por via remota os caixas eletrônicos de mais de uma dezena de países na Europa este ano para que soltem dinheiro de modo fraudulento, por meio de um ataque informático centralizado, o que representa uma séria preocupação para os bancos.

Não é feita nenhuma modificação nos caixas eletrônicos, mas as notas são expulsas como que por mágica. Entre os países afetados se encontram a Armênia, Reino Unido, Bulgária, Polônia, Países Baixos, Rússia e Espanha, segundo o relatório do Group IB, uma empresa multinacional com sede em Moscou, especializada em prevenir e investigar fraude e crime na rede. A empresa não divulgou os nomes dos bancos prejudicados.

“Os delinquentes sempre buscaram um meio de aumentar seu butim e diminuir os riscos para consegui-lo. Por isso mudaram seu modus operandi: do ataque físico ao ataque lógico”, diz a empresa de segurança.

O roubo de caixas eletrônicos é uma prática relativamente comum e simples de investigar, graças ao fato de que requer acesso físico a eles. Mas os golpes cometidos recentemente em bancos da Europa e Ásia foram comandados de forma remota e centralizada, afetando numerosos caixas ao mesmo tempo, o que permitiu a retirada de grandes quantidades de dinheiro antes que as instituições pudessem agir.

Os cibercriminosos entram na rede do banco que efetua o controle dos caixas para fazer com que liberem as notas. Graças a tal controle, podem escolher a hora exata na qual o dinheiro será liberado, o que lhes permite realizar grandes operações organizadas para subtrair, em alguns casos, milhões de dólares.

Dois fabricantes de caixas eletrônicos, Diebold Nixdorf e NCR Corp, já estão trabalhando no caso, de acordo com suas declarações à Reuters.

“Levaram suas operações ao nível seguinte, e agora podem atacar um grande número de máquinas ao mesmo tempo”, diz Nicholas Bielle, o diretor de software e segurança de caixas eletrônicos na Diebold Nixdorf. “Sabem que serão

logo detectados, por isso pegam todo o dinheiro que podem de todos os caixas possíveis antes de serem detidos por atividade incomum”.

O Group IB alerta que as ferramentas empregadas não requerem um grande investimento, já que seus códigos costumam estar acessíveis publicamente na Internet.

Como obtêm o controle?

Para ter acesso à intranet dos bancos, os cibercriminosos enviam e-mails fazendo-se passar por outros grupos bancários ou caixas. Neles agregam arquivos comprometidos ou executáveis que para o receptor parecem documentação.

“Os cibercriminosos demoram entre 10 minutos e uma semana para assumir o controle total de uma intranet e seus caixas eletrônicos”, diz o Group IB em seu relatório. Basta uma simples chamada do servidor remoto para fazer com que um caixa libere notas até ficar vazio. Enquanto a operação é finalizada, os criminosos apagam todos os registros para dificultar a investigação dos peritos de segurança dos caixas e bancos.

O Group IB acredita que o software empregado para fazer com que os caixas eletrônicos expulsem dinheiro sob demanda é único e só está sendo empregado por um grupo criminoso.

O golpe é difícil de investigar, já que o dinheiro é recolhido pessoalmente. Em geral, as fraudes financeiras são resolvidas seguindo o dinheiro que é movimentado de uma conta para outra, algo impossível de fazer com esta prática inovadora.

“Prevê-se que este tipo de ataque seja uma das ameaças cruciais contra os bancos: permite aos cibercriminosos cometer fraudes remotamente de qualquer ponto e atacar a rede de caixas eletrônicos sem serem detectados pelo ‘radar’ dos serviços de segurança”, adverte Dmitry Volkov, chefe do departamento de investigação no Group IB.

Fonte: El País

Quadrilha atira, explode e rouba carro-forte na BR-343, Norte do Piauí

Ação aconteceu na manhã desta quarta-feira (23) próximo à Campo Maior. Carro-forte abastecerá bancos e outras instituições de cidades vizinhas.



Dinheiro do carro-forte iria abastecer cidades do Norte do estado (Foto: Divulgação/ PRF)

Um carro-forte foi alvo de explosão e roubo na BR-343, próximo ao município de Campo Maior, Norte do Piauí. Os criminosos agiram na manhã desta quarta-feira (23). De acordo com a polícia eram quatro homens integrando o bando. Eles conseguiram fugir num veículo de modelo diferente ao que usaram para interceptar o carro-forte.

Nove veículos estavam três homens que trabalhavam numa empresa de segurança, mas não chegaram a ficar feridos. O bando chegou num carro que, logo após o crime, foi incendiado e deixado próximo à rodovia.

Há a suspeita de que os criminosos tenham empreendido fuga no sentido à cidade de Barras em uma camionete de cor prata.

“Os criminosos aproximaram-se do carro-forte já atirando, o que forçou os três ocupantes a abandonarem o veículo e fugirem. Eles explodiram

usando dinamite e em seguida incendiaram o carro que estavam. O bando teria fugido em uma camionete, e o destino ainda está sendo levantado”, relatou o inspetor Fabrício Loiola, da PRF.

Uma equipe da Delegacia Regional de Campo Maior também esteve no local. De acordo com o delegado Laércio Evangelista, participaram da ação criminosas quatro homens fortemente armados.

“A polícia, agora, está em diligências para capturar o bando. O carro-forte estava com muito dinheiro e iria abastecer diversos municípios da região Norte do Piauí”, informou o delegado de Campo Maior.

O G1 tentou contato com a empresa responsável pelo carro-forte, mas ninguém foi localizado.

Fonte: G1



Carro usado pelo bando foi incendiado na BR-343 (Foto: Divulgação/ PRF)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF